



Agrupamento de Escolas

N.º 1 de Abrantes

2024/2025

Ousada, desafiante, humanista e aprendente - a escola que queremos ser!

Plano de Implementação do Projeto Educativo



Tema: “Acolher para integrar: a ler, a conhecer e a aprender - criando, experimentando, fazendo, respeitando, comunicando, e a ser feliz”.



Índice

Introdução	3
1 - Tema Aglutinador	4
2 - Horário Diário	5
3 - Ocupação dos Tempos Escolares	5
3.1 - Atividades de Animação e Apoio à Família	5
3.2 - Plano das AEC	6
3.3 - Ocupação Plena dos Tempos Escolares dos Alunos nos 2.º e 3.º Ciclos e Secundário	6
4 - Plano de Estudos	6
5 - Articulação Curricular	11
6 - Acolher para Integrar	13
6.1 - Estratégias de Integração	13
6.2 - Como Integrar	13
7 - Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão	14
7.1 - Medidas Universais	15
7.2 - Medidas Seletivas	15
7.3 - Medidas Adicionais	15
8 - Apoio Tutorial Específico	15
8.1 - Definição	15
8.2 - Perfil do Tutor	16
8.3 - Funções/Competências	16
8.4 - Competências a Desenvolver	16
8.5 - Aspetos a Considerar	17
9 - Metodologias de Ensino/Critérios de Avaliação/Aprendizagem	17
10 - Quadro EQAVET	20
11 - Plano de Ação Estratégica	22
11.1 - Medida 1 - De Pequeno se Aprende a Ler e a Escrever para “Crescer”	22
11.2 - Medida 3 - Projeto <i>Amicitia</i> - Aprender a Ser a Viver em Conjunto	23
11.3 - Medida 4 - Projeto VOA - Ver, Observar e Aprender - com os pés assentes na sala de aula	24
12 - Medidas a Complementar as Previstas no Plano de Inovação	25
12.1 - Leitura e Escrita (Escola a Ler)	26
12.2 - Começar Um Ciclo	27
12.3 - Recuperar experimentando	28
12.4 - Recuperar com Artes e Humanidades	30
13 - Calendário Escolar 2024/2025	33
14 - Lideranças Intermédias	33
14.1 - Departamentos Curriculares	34
14.2 - Representante de Grupo Disciplinar	34
14.3 - Coordenadores de Diretores de Turma	34
14.4 - Coordenadores de Equipa Educativas	34

14.5 - Coordenador de Cidadania e Desenvolvimento, Formação e Enc. de Proteção de dados	35
14.6 - Trabalho no âmbito do Grupo-Turma	35

Introdução

O atual Projeto Educativo continua a consignar opções prioritárias que contêm objetivos, metas e ações estratégicas, que, de uma forma genérica, orientam o Agrupamento e os seus profissionais. Partindo do princípio de que a gestão do Agrupamento de Escolas N.º 1 de Abrantes é um desafio essencialmente coletivo e que, por isso, partilhado, uma vez que todos sentimos a necessidade de fazer mais e melhor pela educação do concelho que servimos, queremos que o Plano de Implementação do Projeto Educativo (PIPE) seja um instrumento agregador e promotor de inovação e de mudança, nesta era de educação digital.

Por outro lado, o relatório da avaliação externa, o plano de melhoria e o plano de ação estratégica dão-nos pistas sobre o que devemos melhorar e o caminho a seguir. De forma a dar corpo a essas orientações genéricas do Projeto Educativo e revestir de mais sentido os Planos de Melhoria e dar continuidade ao trabalho já desenvolvido através do Plano de Ação Estratégica de Promoção do Sucesso Escolar, tendo em conta a Lei de Bases do Sistema Educativo, os Decretos-lei n.º 54/2018, 55/2018, a primeira alteração do Decreto-lei n.º 54/2018, a Lei n.º 116/2019 e o Plano +Aulas+Sucesso, é necessário, pois, criar esta atualização ao Plano de Implementação do Projeto Educativo. Assim, pretende-se que este Plano, que clarifica algumas das ações estratégicas, tenha a sua aplicação no ano letivo 2024/2025.

Todas as dificuldades que possam ser detetadas num Agrupamento Escolar estão, de algum modo, relacionadas com outro problema maior - o insucesso escolar. Todos os esforços não são demais na luta pelo sucesso escolar e pela qualidade desse sucesso, em prol da formação global dos alunos. **Pretende-se que o aluno fique detentor de um saber, de um saber-ser e de um saber-fazer.** O Agrupamento, como escola pública que é, insere-se num todo nacional, dependendo da administração central, seguindo necessariamente regras determinadas pela legislação em vigor. Paralelamente, o Agrupamento de Escolas N.º 1 de Abrantes encontra-se também num contexto local e regional e anseia marcar a diferença de forma positiva.

Entende-se, assim, que a especificidade de cada Agrupamento de Escolas, inserido num determinado contexto humano, económico e social, com um conjunto específico de recursos humanos e materiais e de uma mão cheia de projetos, sonhos e ambições, deve conduzir a um documento próprio, que reflita e permita uma gestão autónoma dos seus problemas e defina os caminhos que quer percorrer.

Sabendo-se que a resistência à mudança é inerente ao ser humano, ela não deve, no entanto, assumir-se como barreira intransponível, sob pena de relegar o(s) interveniente(s) para um beco esconso, à margem da corrente. O momento impar que vivemos, hoje, no mundo contemporâneo, passando por uma fase de transição com o alto impacto da tecnologia na nossa vida, quer de âmbito pessoal, profissional e educacional fazem com que o papel dos professores, na educação do século XXI, se transforme para que possa atender às exigências de uma era caracterizada pela informação instantânea e pela globalização e, neste contexto é pedido aos professores que sejam facilitadores da aprendizagem, fomentadores do pensamento crítico e criativo, mentores e orientadores e ainda tecnólogos educacionais.

Há de facto novas perspetivas na educação/ensino: a vertigem da velocidade e o domínio crescente das tecnologias de informação e comunicação; o fascínio do digital; a escola inclusiva/integradora; a premência do sucesso educativo; o combate ao abandono escolar; o rigor; a exigência; a educação transversal para valores de cidadania numa tentativa de adequação à sempre mutante realidade social. Aprender e ensinar são processos cada vez mais dinâmicos, pouco compagináveis com um passado ainda recente, e em que as palavras de ordem parecem ser agora a da QUALIFICAÇÃO, numa aposta de ultrapassagem das crónicas limitações do país, e a da CIDADANIA, no

sentido de se desenvolver uma responsabilidade social e moral e uma participação mais ativa na comunidade.

Tendo em conta o contexto atual, alia-se à nova perspetiva de ensino a necessidade de melhorar a gestão de recursos humanos. Deste modo, o presente documento estabelece um conjunto de princípios e regras que visam otimizar recursos, para uma cada vez melhor qualidade de ensino. Pretende-se, assim, que este documento seja mais abrangente do que um simples projeto curricular de escola e que, em conjunto com os planos anuais de atividades, com o Plano de Melhoria, com o implícito das práticas de referência no Plano de Inovação (que terminou este ano letivo), com a continuação do trabalho desenvolvido no Plano de Ação Estratégica e com ações previstas no Plano de Recuperação das Aprendizagens, Plano +Aulas+Sucesso, operacionalize o Projeto Educativo.

1 - Tema Aglutinador

A área de intervenção prioritária do Agrupamento de Escolas N.º 1 de Abrantes é “a valorização das artes, das ciências e da tecnologia, numa visão integrada da formação integral dos alunos”, num contexto cada vez mais global e multicultural.

Tendo em conta a área de intervenção prioritária e, também, o Plano de Transição Digital do Agrupamento, o tema aglutinador, para o ano letivo 2024/2025, denomina-se “**Acolher para integrar: a ler, a conhecer e a aprender - criando, experimentando, fazendo, respeitando, comunicando e, a ser feliz**”.

Frequentemente, os alunos não são suficientemente estimulados a pensar, a refletir, a conceber projetos e a comunicar em público. As aprendizagens realizadas no domínio socioafetivo, que digam respeito aos sentimentos, atitudes, comportamentos, relações interpessoais e resiliência, são determinantes para a capacidade de enfrentar novos desafios e para consolidar os outros níveis do saber. O que distingue o desenvolvimento é a aprendizagem.

É fundamental que na escola se promova a aprendizagem, o saber fazer, o aprender a ser, a consciência cívica, o trabalho em equipa e o saber viver em conjunto. É, também, importante que, no Agrupamento de Escolas N.º 1 de Abrantes, se fomente o acolher da diversidade, do debate de ideias, como forma, não só, de esclarecer, mas também como estímulo à criatividade e que coloque a valorização das artes, das ciências e da tecnologia ao serviço de uma causa comum, a proteção da Dignidade, da Paz, da Igualdade, da Liberdade e do respeito pelo outro, de modo a garantir o bem-estar de todos.

Os próximos Planos Anuais de Atividades devem conter seminários, palestras, dinâmicas, atividades, concursos, projetos de natureza diversa, clubes e visitas de estudo, nas diferentes escolas, em que este tema aglutinador seja um referencial e cujos objetivos específicos se suportem em objetivos das ações prioritárias do Projeto Educativo, sempre com o propósito de ir ao encontro da área de intervenção prioritária do Agrupamento. As escolas, quer JI e do 1.º ciclo do ensino básico, quer as da EBSDMA e da EBSSA, devem promover, para além de atividades artísticas, desportivas, científicas e culturais, iniciativas e competições relacionadas com a Língua Portuguesa, com a Matemática, e com as Ciências e as Artes.

A gestão curricular é um “processo de tomada de decisões orientada para as finalidades que se pretendem atingir. Trata-se portanto de um processo que implica analisar a situação que se apresenta e confrontá-la com aquilo que se pretende conseguir”. (Roldão, 1999; 2018)

ANALISAR - DECIDIR - CONCRETIZAR - AVALIAR - REVER

que rumos e caminhos tomar, para a tomada de decisões a respeito da pertinência e da adequação da organização do currículo.

2 - Horário Diário

No que diz respeito à organização dos horários diários, no pré-escolar funciona do modo seguinte:

Manhã	Tarde
09:00 - 12:00	13:30 - 15:30

No 1.º ciclo do ensino básico, a carga horária das disciplinas contabiliza-se pelo total semanal de tempos letivos de 60 minutos.

A mancha horária diária organiza-se do modo seguinte:

Manhã	Tarde
09:00 - 11:00	14:00 - 15:30
11:00 - 11:30 (intervalo)	
11:30 - 12:30	AEC 16:00 - 17:00

Organização dos tempos letivos em 50 minutos nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário.

Manhã	Tarde
08:30 - 09:20	13:20 - 14:10 *
09:30 - 10:20	14:20 - 15:10
10:35 - 11:25	15:20 - 16:10
11:30 - 12:20	16:15 - 17:05
12:25 - 13:15 *	

* Nenhuma turma terá o último tempo da manhã e o primeiro da tarde consecutivos.

Os sumários dos professores titulares do 1.º ciclo ficam em aberto sem disciplinas fixas, aparecendo apenas “AtivEduc”, pelo que devem ser os docentes a fazer a gestão quer dos tempos das disciplinas, quer da gestão flexível, garantindo, no final do ano letivo, o equilíbrio médio semanal de cada disciplina.

O tempo de ½ hora, por semana, marcado para a equipa educativa do Pré-escolar, pode ser gerido, por escola, passando para uma hora quinzenal, sempre que se justifique. Uma vez por mês todas as equipas educativas, por escola, devem realizar uma reunião geral de educadoras, preferencialmente *online*, para analisar assiduidades irregulares, articular e concertar atuações conjuntas.

3 - Ocupação dos Tempos Escolares

3.1 - Atividades de Animação e Apoio à Família

As atividades de animação e apoio à família são uma oferta em todos os jardins-de-infância do Agrupamento.

3.2 - Plano das AEC

As Atividades de Enriquecimento Curricular funcionarão uma hora por dia, nos cinco dias da semana, das 16:00 às 17:00. A oferta de AEC é igual para os 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos e tem a designação seguinte: **A brincar aprende-se e faz-se acontecer.**

3.3 - Ocupação Plena dos Tempos Escolares dos Alunos nos 2.º e 3.º Ciclos e Secundário

A ocupação dos tempos escolares dos alunos contemplará, prioritariamente, as atividades em sala de aula, através do sistema de permutas ou entrega de plano de aula ou em salas de estudo e, eventualmente, na participação em tarefas ligadas aos diversos clubes e projetos que constam do Plano Anual de Atividades.

4 - Plano de Estudos

O Plano de Inovação irá continuar em desenvolvimento, apesar de terminada a sua vigência este ano, dado que a sua matriz de autonomia e flexibilidade curricular está assente numa gestão das ofertas educativas dos ensinos básico e secundário de até 25%, da matriz curricular base das ofertas educativas e formativas, além de que se encontra globalmente adequado às necessidades e compromissos assumidos pelo Agrupamento, dando respostas curriculares e pedagógicas específicas com vista ao sucesso de todos os alunos, contribuindo para que todos alcancem as competências do PASEO.

Os planos de estudos apresentados neste documento estão de acordo com o Plano de Inovação Pedagógica. O que se pretende é que a gestão do currículo seja flexível e dinâmica ao longo do ano e que se possa juntar alunos de diferentes turmas e, até, de diferentes anos, em função das suas necessidades de aprendizagem. Estas dinâmicas podem variar semanalmente ou em períodos mais longos dependendo da necessidade do projeto em causa, dos *ateliers* ou temas a desenvolver, ou das aprendizagens e competências a desenvolver. Esta gestão terá em conta o equilíbrio dos tempos anuais ou de ciclo de cada disciplina, e terá sempre presente as aprendizagens essenciais (AE) e o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória (PASEO).

1.º Ciclo do Ensino Básico	Unidade adotada - 60 min.							
	Gestão Flexível (Atelier/oficina e trabalho autónomo)							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
Português					4	4	4	4
Matemática	9	10	11	11	4	4	4	4
Estudo do Meio	a)	a)	a)	a)	2	1	1	1
Educação Artística					1	1	1	1
Inglês							1	1
Educação Física					2	2	2	2
Apoio ao Estudo					1,5	1,5	0,5	0,5
Oferta Complementar (Cidadania Ativa)/Trabalho de Projeto					1,5	1,5	0,5	0,5
Cidadania e Desenvolvimento	Disciplina transversal							
TIC	Área de integração curricular transversal							
Educação Moral e Religiosa					1 b)	1 b)	1 b)	1 b)

- a) A Gestão Flexível é operacionalizada pelas equipes educativas, afetando tempos semanais a disciplinas ou conjunto de disciplinas, em função da necessidade de cada momento pedagógico, distribuindo e juntando alunos de diferentes turmas e/ou anos, de acordo com o PI, no respeito pelas alíneas b) e d) do n.º 4, do art.º 4.º, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.
- b) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

1.º Ciclo do Ensino Básico	Distribuição da carga horária semanal inicial total pelo professor/disciplina (em horas)			
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
Português	7	7	7	7
Matemática	7	7	7	7
Estudo do Meio	3	3	3	3
Educação Artística	3	3	3	3
Inglês			1	1
Educação Física	2	2	2	2
Apoio ao Estudo	1,5	1,5	0,5	0,5
Oferta Complementar (Cidadania Ativa)/Trabalho de Projeto	1,5	1,5	0,5	0,5
Educação Moral e Religiosa	1	1	1	1
Unidade adotada - 50 min.				

2.º Ciclo do Ensino Básico	Gestão Flexível (Atelier/oficina e trabalho autónomo)					
	5.º ano	6.º ano	5.º ano	6.º ano		
Português	12 a)	12 a)	3	2		
Inglês			1	2		
História e Geografia de Portugal			1	1		
Cidadania e Desenvolvimento			0,5 e)	0,5 e)		
Matemática			2	2		
Ciências Naturais			1	1		
Educação Visual			1	1		
Educação Tecnológica			1	1		
Educação Musical			1	1		
Tec. de Informação e Comunicação			0,5 e)	0,5 e)		
Educação Física					3	3
Educação Moral e Religiosa					1 b)	1 b)
Apoio ao Estudo	2 c)	2 c)				
Complemento à Educação Artística	Dança	Dança				
	2 d)	2 d)				

- a) A Gestão Flexível é operacionalizada pelas equipes educativas, afetando tempos semanais a disciplinas ou conjunto de disciplinas, em função da necessidade de cada momento pedagógico, distribuindo e juntando alunos de diferentes turmas e/ou anos, de acordo com o PI, no respeito pelas alíneas b) e d) do n.º 4, do art.º 4.º, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.

- b) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.
- c) Componente de apoio ao estudo para alunos com dificuldades na aprendizagem.
- d) Complemento de educação artística de frequência facultativa.
- e) Os meios tempos convertem-se num tempo em organização semestral ou quinzenal.

2.º Ciclo do Ensino Básico	Distribuição da carga horária semanal inicial total pelo professor/disciplina (tempos de 50 min.)	
	5.º ano	6.º ano
Português	5	5
Inglês	2	3
História e Geografia de Portugal	3	2
Cidadania e Desenvolvimento	0,5	0,5
Matemática	5	5
Ciências Naturais	2	2
Educação Visual	2	2
Educação Tecnológica	2	2
Educação Musical	2	2
Tec. de Informação e Comunicação	0,5	0,5
Educação Física	3	3
Educação Moral e Religiosa	1	1

3.º Ciclo do Ensino Básico	Unidade adotada - 50 min.					
	Gestão Flexível (Atelier/oficina e trabalho autónomo)					
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Português	10 a)	10 a)	11 a)	3	3	2
Inglês				1	2	2
Francês/Espanhol				2	1	1
História				2	1	1
Geografia				1	1	1
Cidadania e Desenvolvimento				0,5 c)	0,5 c)	0,5 c)
Matemática				2	2	2
Ciências Naturais				1	2	2
Físico-Química				2	2	2
Educação Visual				1	1	1
Tec. de Informação e Comunicação				0,5 c)	0,5 c)	0,5 c)
Educação Física				3	3	3
Complemento à Educação Artística				Teatro	Música	Pintura
	1	1	1			
Educação Moral e Religiosa				1 b)	1 b)	1 b)

- a) A Gestão Flexível é operacionalizada pelas equipas educativas, afetando tempos semanais a disciplinas ou conjunto de disciplinas, em função da necessidade de cada momento pedagógico, distribuindo e juntando alunos de diferentes turmas e/ou anos, de acordo com o

PI, no respeito pelas alíneas b) e d) do n.º 4, do art.º 4.º, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.

- b) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.
c) Os meios tempos convertem-se num tempo em organização semestral ou quinzenal.

3.º Ciclo do Ensino Básico	Distribuição da carga horária semanal inicial total pelo professor/disciplina (tempos de 50 min.)		
	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Português	4	4	4
Inglês	2	3	3
Francês/Espanhol	3	2	2
História	3	2	2
Geografia	2	2	2
Cidadania e Desenvolvimento	0,5	0,5	0,5
Matemática	4	4	4
Ciências Naturais	2	3	3
Físico-Química	3	3	3
Educação Visual	2	2	2
Tec. de Informação e Comunicação	0,5	0,5	0,5
Educação Física	3	3	3
Complemento à Educação Artística	Teatro	Música	Pintura
	1	1	1
Educação Moral e Religiosa	1	1	1

CCH CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	Unidade adotada - 50 min.					
	Gestão Flexível (Atelier/oficina e trabalho autónomo)					
	10.º ano	11.º ano	12.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Português				3	3	3
Língua Estrangeira I, II ou III				2	2	
Filosofia	10 a)	11 a)	7 a)	3	2	
Educação Física				3	3	3
Trienal				3	3	3
Bienal 1				4	4	
Bienal 2				4	4	
Anual 1						2
Anual 2						2
Educação Moral e Religiosa				1 b)	1 b)	1 b)
Cidadania e Desenvolvimento	Disciplina transversal					

- a) A Gestão Flexível é operacionalizada pelas equipas educativas, afetando tempos semanais a disciplinas ou conjunto de disciplinas, em função da necessidade de cada momento pedagógico, distribuindo e juntando alunos de diferentes turmas e/ou anos, de acordo com o PI, no respeito pelas alíneas b) e d) do n.º 4, do art.º 4.º, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.

b) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

Nota: Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo integral inferior ao total constante na matriz curricular base, 20 min. nos 10º e 11º anos e 35 min. no 12.º ano, sendo este tempo sobranete atribuído ao diretor de turma, para que em sala de aula, com os alunos, acompanhas atividades de Cidadania e Desenvolvimento.

CCH CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	Distribuição da carga horária semanal inicial total pelo professor/disciplina (tempos de 50 min.)		
	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Português	4	4	5
Língua Estrangeira I, II ou III	3	3	
Filosofia	4	3	
Educação Física	3	3	3
Trienal	5	6	6
Bienal 1	6,5	6,5	
Bienal 2	6,5	6,5	
Anual 1			3
Anual 2			3
Educação Moral e Religiosa	1	1	1

CCH CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS CCH LÍNGUAS E HUMANIDADES CCH ARTES VISUAIS	Unidade adotada - 50 min.					
	Gestão Flexível (Atelier/oficina e trabalho autónomo)					
	10.º ano	11.º ano	12.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Português				3	3	3
Língua Estrangeira I, II ou III				2	2	
Filosofia				3	2	
Educação Física	10	11	7	3	3	3
Trienal	a)	a)	a)	3	3	3
Bienal 1				3	3	
Bienal 2				3	3	
Anual 1						2
Anual 2						2
Educação Moral e Religiosa				1 b)	1 b)	1 b)
Cidadania e Desenvolvimento	Disciplina transversal					

a) A Gestão Flexível é operacionalizada pelas equipas educativas, afetando tempos semanais a disciplinas ou conjunto de disciplinas, em função da necessidade de cada momento pedagógico, distribuindo e juntando alunos de diferentes turmas e/ou anos, de acordo com o PI, no respeito pelas alíneas b) e d) do n.º 4, do art.º 4.º, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.

b) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

Nota: Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo integral inferior ao total constante na matriz curricular base, 30 min. nos 10º e 11º anos e 35 min. no 12.º ano, sendo este tempo sobranete atribuído ao diretor de turma, para que em sala de aula, com os alunos, acompanhas atividades de Cidadania e Desenvolvimento.

CCH CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS CCH LÍNGUAS E HUMANIDADES CCH ARTES VISUAIS	Distribuição da carga horária semanal inicial total pelo professor/disciplina (tempos de 50 min.)		
	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Português	4	4	5
Língua Estrangeira I, II ou III	3	3	
Filosofia	4	3	
Educação Física	3	3	3
Trienal	5	6	6
Bienal 1	5,5	5,5	
Bienal 2	5,5	5,5	
Anual 1			3
Anual 2			3
Educação Moral e Religiosa	1	1	1

5 - Articulação Curricular

A articulação curricular, bem como as medidas de gestão e articulação curricular estão definidas no Plano de Inovação Pedagógica (PIP), sustentada no modelo assente neste plano.

A articulação curricular, nas escolas básicas do 1.º ciclo e Básica e Secundária D. Miguel de Almeida e Dr. Solano de Abreu, nos 5.º e 6.º anos/ciclos, é determinada pelas equipas educativas de ciclo, numa perspetiva de corresponsabilidade pelas aprendizagens do grupo de alunos do mesmo ciclo de ensino e da mesma escola. No pressuposto de que a articulação vertical e horizontal do currículo é fundamental para uma aprendizagem significativa e para a melhoria dos resultados escolares, esta deve resultar de uma cultura de escola assente na confiança nos processos, nas opções e nos agentes educativos, mas também numa maior intencionalidade e pluralidade do processo educativo.

A “sala de aula sem paredes” pretende reforçar o trabalho desenvolvido, em sala de aula, no âmbito da escola digital, promovendo a utilização regular do portátil, durante uma semana por mês, principalmente para os alunos, do 4º e 6º ano, preparando-os para as provas digitais que o MECI pretende aplicar.

Assinala-se que “a sala de aula sem paredes” incorpore a nossa prática de referência em todas as escolas, em todos os ciclos de ensino e que haja, em cada escola do 1º ciclo, tempos letivos simultâneos de português e matemática, por cada duas turmas, entre anos de escolaridade diferentes, de forma a permitir uma organização e frequência flexível entre alunos/docentes/espacos de aula, com o propósito da recuperação, promoção, consolidação e reforço das aprendizagens, indo ao encontro do preconizado nas medidas, “Escola a ler” e “Começar um ciclo”, do Plano de Implementação do Projeto Educativo (PIPE), registando-se no sumário todas as tarefas desenvolvidas em aula.

A articulação horizontal e vertical do currículo, dentro do mesmo ciclo de ensino, é da responsabilidade da equipa educativa de ciclo e tem como objetivo principal gerir de forma integrada o currículo numa lógica de ano de escolaridade e de ensino, assegurar o acompanhamento educativo de todos os alunos de modo a garantir a conclusão do ciclo no tempo próprio e esperado, aferir conteúdos, objetivos, procedimentos, atividades e estratégias adequadas ao nível de ensino e grupo de alunos em particular, numa lógica de harmonização e interação da aquisição de conhecimentos,

competências e atitudes, potenciando o trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento, realização e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem. A articulação curricular e o trabalho a desenvolver são projetados num único Projeto Curricular de Ciclo, sofrendo as alterações necessárias ao longo do(s) ano(s), e têm em conta a salvaguarda do processo individual de aprendizagem, de autonomia e de integração, de cada aluno.

A cada equipa educativa, coordenada por um professor, compete estabelecer o seu plano de gestão integrada do currículo e implicar-se de forma conjunta e articulada nas atividades educativas.

Com o objetivo de consolidar e reforçar o trabalho colaborativo a desenvolver pelas equipas educativas (EE), estas devem efetivamente analisar e assegurar, conjuntamente, a planificação, o desenvolvimento e articulação curricular, o acompanhamento educativo regular das atividades de diversificação curricular e a monitorização sistemática das aprendizagens, através do acompanhamento do progresso de cada aluno, a proficiência linguística da língua portuguesa, prevendo a necessidade de atribuição de Língua Portuguesa Não Materna (PLNM), bem como, da análise regular/irregular da assiduidade e do comportamento, com caráter preventivo. Para além, disso, devem garantir a adequada transição entre níveis/ciclos de ensino, através do acompanhamento pedagógico dos alunos, ancorando competências e promovendo a coerência na sequencialidade, com vista a facilitar a recuperação, a progressão gradual no desenvolvimento de aprendizagens e competências.

Nas situações de assiduidade irregular prolongada (+/- 20 dias) o diretor de turma deve comunicar à Direção, através de relatório (modelo a disponibilizar pela direção) explicitando as diligências efetuadas, para que esta possa informar as entidades competentes, de acordo com o artº 18º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.

Como forma de compromisso e de um maior envolvimento dos pais/encarregados de educação, como agregador na construção de uma escola mais inclusiva e de respeito pelo outro, no cumprimento dos deveres consignados nos documentos e normativos internos do agrupamento, indo ao encontro da ação de melhoria “consolidar a equidade, a inclusão e a disciplina”, as equipas educativas, tendo em conta o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, devem, sempre que não se verifiquem momentos de avaliação, solicitar, com regularidade, a presença e a participação dos pais/encarregados de educação, sobretudo os seus representantes, como intervenientes na formação e promoção do sucesso educativo.

Na Escola Básica e Secundária Dr. Solano de Abreu e restantes anos da Escola Básica e Secundária D. Miguel de Almeida, a articulação curricular pensada pelas equipas educativas de ano/ciclo, numa perspetiva de corresponsabilidade pelas aprendizagens do grupo de alunos do mesmo ano de escolaridade e da mesma escola, é determinada pelos respetivos conselhos de turma. No pressuposto de que a articulação vertical e horizontal do currículo é fundamental para uma aprendizagem significativa e para a melhoria dos resultados escolares, esta deve resultar de uma cultura de escola assente na confiança nos processos, nas opções e nos agentes educativos, mas também numa maior intencionalidade do processo educativo.

A articulação horizontal do currículo é da responsabilidade dos conselhos de turma e tem como objetivo principal aferir conteúdos, objetivos, procedimentos, atividades e estratégias adequadas ao nível de ensino e ao grupo/turma em particular, numa lógica de harmonização e interação da aquisição de conhecimentos num mesmo patamar de desenvolvimento e de aprendizagem.

A articulação horizontal do currículo é realizada nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, tem como responsável o diretor de turma e é desenhada no Plano Curricular de Ciclo/Turma. No 1.º ciclo, a articulação horizontal é da responsabilidade do professor titular de turma, em concertação e com o apoio das equipas educativas.

6 - Acolher para integrar

O bem-estar integral de **todos** os alunos e, nomeadamente, do aluno migrante adita trabalho a realizar pela escola, desde a socialização à promoção do sucesso na aprendizagem. A inclusão de **todos** os alunos, particularmente dos alunos migrantes, para a plena integração na escola e no sistema educativo que desconhecem, implica que se estabeleça um processo intencional e de forma participada por toda a comunidade educativa.

6.1 - Estratégias de integração

- Integração de todos os alunos através do (re)conhecimento das instalações da escola, serviços, estruturas e respetivos responsáveis (pessoal docente e não docente).
- Disponibilização de documentos oficiais em várias línguas (francês, inglês e espanhol), bem como a identificação dos serviços;
- Criação de um gabinete de apoio constituído na escola, com dois professores, em articulação com os projetos Euromove e N.O.S (Nós Sem Fronteiras) e as diferentes estruturas da escola;
- Disponibilização de informação sobre as ementas e os ingredientes das refeições em várias línguas;
- Disponibilização de livros em diferentes línguas;
- Promoção da diversidade das ofertas da escola, designadamente ao nível das atividades de complemento curricular e da disponibilização de publicações, em várias línguas, na biblioteca.
- Alocação do crédito horário para as diferentes necessidades da escola, considerando a possibilidade de atribuir aos docentes a função de mediador ou tutor no âmbito da inclusão de todos os alunos, além dos migrantes.

6.2 - Como integrar...

Todos os alunos do pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo e secundário que realizem a 1.^a inscrição/matricula no AE1, este ano letivo, serão acompanhados por professores e por alunos que já estejam integrados na escola, participando no acolhimento dos recém-chegados com um horário flexível e adaptado às atividades a realizar.

Com esta atividade pretende-se promover o sentimento de segurança e o sentido de pertença através do (re)conhecimento dos serviços da escola e das estruturas, bem como da comunidade local.

Perspetiva-se um primeiro contacto significativo com os colegas, acompanhando o aluno à turma e promovendo a sua apresentação e a dos seus pares (quem são, de onde vêm, e o que gostam de fazer). Neste sentido, sugere-se a realização de atividades (“quebra-gelo”), com o objetivo de desfazer a tensão inicial e propiciar um ambiente mais acolhedor que leve à construção ao longo da semana de um mural de “memórias”.

Além de se promover visitas à biblioteca, ao refeitório, à papelaria... pretende-se identificar os espaços e dar-se informações em diferentes línguas:

- Apresentar e dar a conhecer as funções do Diretor, Adjuntos da Direção, Conselho Geral, Coordenação, Diretor de Turma, pessoal não docente, e serviços da escola, entre outros;
- Programar visitas à comunidade local e identificar serviços em mapas (unidades de saúde familiar, supermercados, transportes públicos, parques desportivos ou de lazer...);
- Promover a participação dos alunos em atividades de desporto escolar, clubes, projetos, tertúlias e atividades multiculturais.

O conselho de turma deve traçar o perfil sociolinguístico de cada aluno que não tem o português como língua materna ou não teve o português como língua de escolarização, de modo a delinear o plano pedagógico, tendo em consideração que:

- podem existir alunos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que não têm o português como língua materna e que, por esse motivo, podem frequentar a disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM);
- podem existir alunos portugueses ou de países de língua oficial portuguesa que fizeram a sua escolarização num sistema educativo estrangeiro, cujo diagnóstico sociolinguístico indique o nível de proficiência A1, A2 ou B1, devendo, assim, beneficiar de PLNM;
- a recolha de informação de forma sistematizada (começar por uma conversa, utilizar instrumentos e metodologias diversificados) contribui para um melhor conhecimento dos alunos e para o seu posicionamento em nível de proficiência linguística;
- os alunos que nunca tiveram qualquer contacto com a língua portuguesa não deverão ser sujeitos a prova escrita de diagnóstico;
- posicionar os alunos, em função da informação recolhida e dos resultados obtidos, num nível de proficiência linguística de PLNM., considerando os três níveis de proficiência linguística seguintes:
 - Iniciação (A1, A2);
 - Intermédio (B1);
 - Avançado (B2, C1).

O posicionamento final dos alunos deve considerar a apreciação global da proficiência oral e da proficiência escrita tendo em conta o seu carácter eminentemente pedagógico.

O diagnóstico sociolinguístico é feito uma única vez, aquando da 1.ª matrícula dos alunos.

- Definir se os alunos frequentam a disciplina de PLNM, caso tenham ficado posicionados nos níveis de iniciação (A1, A2) ou intermédio (B1) ou se frequentam a disciplina de Português, com apoio à aprendizagem, caso tenham ficado posicionados no nível avançado (B2, C1).
- Organizar os grupos de PLNM, de forma a poderem corresponder às necessidades dos alunos.
- Caso não exista um número de alunos suficiente para a constituição de grupo de PLNM, os alunos deverão frequentar a aula de Português com a sua turma, conquanto estejam matriculados na disciplina de PLNM e a desenvolver as aprendizagens essenciais de PLNM. (in *Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo*, 2024, p. 12, Ministério da Educação/ Direção-Geral da Educação (DGE)).

Todas as disciplinas do currículo contribuem para a proficiência linguística do português, pelo que cada professor que esteja na sala de estudo pode ser alocado para o acompanhamento destes alunos.

7 - Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão

Os Decretos-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, na sua redação atual, e o Despacho n.º 2044/2022 preveem várias medidas que permitem adequar as atividades letivas às necessidades específicas de cada aluno. Trata-se da implementação de uma abordagem a partir do desenho universal para a aprendizagem.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. Estas medidas são desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais devem ser convocados pelos profissionais da escola, numa lógica de trabalho colaborativo e de corresponsabilização com os docentes de educação especial, em função das especificidades dos alunos. As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais.

7.1 - Medidas Universais

As medidas universais de suporte à aprendizagem e à inclusão correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens.

Consideram-se medidas universais, entre outras:

- A diferenciação pedagógica;
- As acomodações curriculares;
- O enriquecimento curricular;
- A promoção do comportamento pró-social;
- A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

7.2 - Medidas Seletivas

As medidas seletivas visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. Consideram-se medidas seletivas:

- Os percursos curriculares diferenciados;
- As adaptações curriculares não significativas;
- O apoio psicopedagógico;
- A antecipação e o reforço das aprendizagens;
- O apoio tutorial.

As medidas seletivas são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola.

7.3 - Medidas Adicionais

As medidas adicionais visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão. A mobilização das medidas adicionais depende da demonstração da insuficiência das medidas universais e seletivas. Consideram-se medidas adicionais:

- A frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
- As adaptações curriculares significativas;
- O plano individual de transição;
- O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;
- O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

As medidas adicionais são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula.

8 - Programa de Apoio Tutorial Específico

8.1 - Definição

O programa de apoio tutorial que se pretende implementar entende a tutoria como uma dinâmica colaborativa em que intervêm diferentes atores (alunos, docentes e encarregados de educação), de forma a resolver dificuldades de aprendizagem dos alunos, facilitar a sua integração na

escola e nos grupos/turma e a atenuar eventuais situações de conflito.

O apoio tutorial é específico para os alunos do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções. Cada tutor acompanha grupos de 10 alunos.

O apoio tutorial específico visa levar os alunos a definir ativamente objetivos, decidir sobre estratégias apropriadas, planear o seu tempo, organizar e priorizar materiais e informação, mudar de abordagem de forma flexível, monitorizar a sua própria aprendizagem e fazer os ajustes necessários em novas situações de aprendizagem.

8.2 - Perfil do Tutor

A designação do professor tutor pelo diretor deverá ter em conta os aspetos seguintes:

- Ser preferencialmente um professor com formação especializada adequada e experiência em orientação educativa ou em coordenação pedagógica;
- Ter facilidade em relacionar-se com os alunos;
- Ter facilidade em comprometer os alunos e fazê-los participar na definição de objetivos, tornando-os mais responsáveis;
- Ter facilidade em fomentar um ensino participativo, de forma a desenvolver nos alunos o sentimento de serem agentes da sua aprendizagem;
- Ter capacidade de negociar e de mediar em diferentes situações e conflitos.

8.3 - Funções/Competências

As funções/competências do professor tutor são:

- reunir nas horas atribuídas com os alunos que acompanha;
- acompanhar e apoiar o processo educativo de cada aluno do grupo tutorial;
- facilitar a integração do aluno na turma e na escola;
- apoiar o aluno no processo de aprendizagem, nomeadamente na criação de hábitos de estudo e de rotinas de trabalho;
- proporcionar ao aluno uma orientação educativa adequada a nível pessoal, escolar e profissional, de acordo com as aptidões, necessidades e interesses que manifeste;
- promover um ambiente de aprendizagem que permita o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- envolver a família no processo educativo do aluno;
- reunir com os docentes do conselho de turma para analisar as dificuldades e os planos de trabalho destes alunos.

8.4 - Competências a Desenvolver

As competências a desenvolver nos alunos são as seguintes:

- Autoavaliação
- Organização e transformação
- Definição de objetivos e planeamento
- Busca de informação
- Registo e monitorização
- Estruturação do ambiente
- Auto-consequências
- Ensaio e memorização
- Procura de suporte social
- Revisões

- Outras

8.5 - Aspectos a Considerar

- As estratégias de ensino que levam os alunos a planejar, monitorizar e avaliar a sua aprendizagem têm um elevado potencial, mas requerem uma implementação cuidada;
- ensinar estratégias explícitas sobre como planejar, monitorizar e avaliar aspectos específicos da aprendizagem: criar oportunidades para as usar com apoio e, depois, de forma autónoma;
- ensinar a planejar: pedir aos alunos que identifiquem diferentes formas de planejar (estratégias gerais) e, em seguida, como abordar uma determinada tarefa (técnica específica);
- ensinar a monitorizar: pedir aos alunos para identificar onde podem errar na tarefa. Pedir-lhes que identifiquem os passos para cumprir a tarefa com sucesso;
- ensinar a avaliar: pedir aos alunos que identifiquem como podem melhorar a sua abordagem à tarefa se tiverem de a repetir.

9 - Metodologias de Ensino/Critérios de Avaliação/Aprendizagem

Com este plano de implementação do Projeto Educativo, pretende-se alcançar uma maior intencionalidade pedagógica, sendo o professor um mediador/fomentador do processo ensino/aprendizagem, criando espaços/atividades de aprendizagem apelativos e o aluno um aprendente participativo, que interage e reflete sobre a sua aprendizagem, relacionando conteúdos significativos que podem ser de várias disciplinas, em simultâneo e tendo como premissa “a sala de aula sem paredes” e com diferentes configurações organizacionais, de modo a permitir distintos ambientes pedagógicos e diferentes intencionalidades.

Considerar a sala de aula como um local flexível é essencial para se pensar nas diversificações das práticas pedagógicas e ao mudar um pouco a sua organização, quer em termos da disposição ou saindo do seu espaço, faz-se acontecer a aula em locais diferentes, permitindo que a educação formal possa acontecer em espaços não-formais.

a) As metodologias de ensino devem ter subjacente, entre outros, os princípios seguintes:

- organização estruturada e flexível do tempo da aula;
- organização de grupos de alunos, de forma temporária, para trabalho de projeto, trabalho em grupo e trabalho cooperativo entre discentes com maior rendimento e discentes com mais dificuldades;
- aplicação frequente de instrumentos de recolha de informação;
- organização do ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados, promovendo intencionalmente, na sala de aula ou fora dela, atividades de observação, questionamento da realidade e integração de saberes;
- operacionalização de um processo generalizado, consistente e inclusivo de planeamento e articulação horizontal e vertical do currículo, contribuindo para o reforço da sequencialidade e consistência das aprendizagens;
- lecionação de uma aula por um professor ou por mais do que um professor de disciplinas diferentes;
- distribuição dos alunos de uma turma, em caso da ausência do docente, pelas restantes turmas/anos ou em trabalho autónomo;
- todas as atividades são planificadas em trabalho colaborativo semanal, pela respetiva equipa educativa.

b) Avaliação - Considerando o pressuposto na lei e o carácter contínuo e sistemático da avaliação, deverão ser ponderados/considerados os itens gerais seguintes:

- os critérios específicos de avaliação devem ser claros e dados a conhecer ao aluno, logo no início do ano letivo;
- a avaliação formativa deve assumir primordial importância no processo de avaliação dos alunos e fornecer, a todos os envolvidos, feedback informativo sobre o desenvolvimento das aprendizagens, permitindo (auto)regular todo o processo de ensino/aprendizagem;
- as formas de avaliação devem ser diversificadas e estar de acordo com as estratégias utilizadas, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem;
- a avaliação deve estar focada não apenas na aquisição de conhecimentos, mas, essencialmente, no que o aluno consegue fazer com esse conhecimento, atendendo a patamares de progressão;
- as aprendizagens de carácter transversal (educação para a cidadania e valorização da língua portuguesa) ou de natureza instrumental (utilização das TIC) constituem objeto de avaliação em todas as disciplinas;
- a correção e entrega de qualquer instrumento escrito ou trabalho serão efetuadas no prazo máximo de quinze dias úteis;
- a realização das provas de avaliação não deve ocorrer nos últimos cinco dias de aulas de cada semestre;
- o feedback informativo sistemático deve ser escrito e dado ao aluno e encarregado de educação sobre a sua situação em cada descritor, aspeto fundamental para que a avaliação esteja ao serviço da aprendizagem;
- o processo de avaliação deve, ainda, proporcionar ao aluno momentos de autoavaliação, permitindo-lhe a reflexão sobre a aprendizagem e o trabalho desenvolvido. Para o efeito, o aluno deverá estar na posse de todas as informações.

A avaliação deve ser realizada em cada um dos descritores de cada Domínio/Sequências/Temas/Módulos e Conhecimentos, Capacidades e Atitudes, previstos nas Aprendizagens Essenciais. Os critérios de avaliação, de cada disciplina/ano, devem traduzir a importância relativa que cada um dos domínios e temas assume nas Aprendizagens Essenciais, através de critérios de ponderação e devem ter em conta os princípios seguintes:

- para além dos Domínio/Sequências/Temas/Módulos/..., previstas nas aprendizagens essenciais, existirá o domínio “Competências”, cujos descritores avaliam conhecimentos, capacidades e atitudes, previstas no perfil dos alunos na escolaridade obrigatória;
- os descritores do domínio “Competências” poderão ser avaliados através de registo de observação;
- existirão três momentos de reporte de avaliação aos alunos e aos pais ou encarregados de educação, um intercalar, no final de outubro ou início de novembro, e dois sumativos, no final de cada semestre, possibilitando a aferição da qualidade das aprendizagens desenvolvidas desde o início do ano até ao momento da avaliação;
- a avaliação do 1.º semestre deve estar ao serviço da avaliação formativa, exceto nas disciplinas de semestre único em que esta é sumativa (final);
- por uma questão de organização e distribuição de serviço a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento poderá ocorrer quinzenalmente com a disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- o conjunto de descritores previstos para uma disciplina/ano de escolaridade deve avaliar conhecimentos, capacidades e atitudes previstas nas Aprendizagens Essenciais e no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- os descritores podem, ou não, ter a mesma ponderação em função da sua complexidade;
- os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, a definir pelo grupo de recrutamento;
- um instrumento de avaliação terá tantas pontuações quantos os descritores dos domínios/sequências/temas/módulos e conhecimentos, capacidades e atitudes que estão a ser

avaliados;

- a dificuldade apresentada por um aluno e registada pelo professor no decurso da avaliação, num determinado período do ano, não deverá ser considerada na avaliação sumativa, quando se verificar que este superou o problema;
- a substituição de uma pontuação obtida pelo aluno, num ou mais descritores, por outra superior, pode operacionalizar-se do modo seguinte:
 - por iniciativa do professor que avalia de novo o aluno num ou mais descritores, com recurso a qualquer instrumento de avaliação (observação, trabalho em projetos, ...);
 - por solicitação do aluno ao professor para que seja de novo avaliado, quando está convicto de que ultrapassou a dificuldade verificada anteriormente (neste caso, se a pontuação no(s) descritor(es) for inferior à alcançada anteriormente, esta deve fazer média com a(s) anterior(es)).

A avaliação sumativa da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento traduz-se na formulação de um juízo global sobre a participação dos alunos nas atividades realizadas na escola e na comunidade, tendo em conta os aspetos/temas seguintes:

TEMAS	ANOS DE ESCOLARIDADE											
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º
Direitos humanos			X		X				X			X
Igualdade de género				X		X		X				
Interculturalidade		X				X			X			
Desenvolvimento sustentável			X		X		X					
Educação ambiental	X	X			X		X			X		
Saúde	X			X		X		X				
Sexualidade	X							X				
Media				X					X			
Participação democrática		X					X			X	X	
Literacia financeira e educação para o consumo			X						X			
Segurança rodoviária	X		X					X				
Risco				X		X						
Participação na vida da escola	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

A avaliação sumativa deve resultar da observação direta realizada na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e/ou nas outras disciplinas do currículo, de acordo com o que ficar definido pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, ou o professor titular, no 1.º ciclo, através da média aritmética simples dos níveis obtidos nos temas abordados. No 1.º ciclo, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento é transdisciplinar e a sua avaliação tem uma natureza qualitativa.

Os conselhos de turma devem promover **Fóruns de Discussão e/ou Assembleias de Alunos**, numa lógica de cultura democrática da escola, sobre a **“Participação na Vida da Escola”** e/ou outros temas que o conselho de turma/equipas educativas considerem pertinentes.

No ensino secundário, a componente de Cidadania e Desenvolvimento não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação nos projetos desenvolvidos neste âmbito registada no certificado do aluno, no 2º semestre, através da inserção da informação qualitativa no programa Inovar alunos. Neste nível de ensino, a abordagem dos temas e projetos, da componente de Cidadania e Desenvolvimento, será realizada no âmbito das diferentes disciplinas da matriz curricular, sob

coordenação do diretor de turma.

Critérios de transição/retenção

Nos anos não terminais de ciclo, no ensino básico, a decisão de transição para o ano de escolaridade seguinte reveste carácter pedagógico, sendo a retenção considerada excecional.

Nos 2.^{os} e 3.^{os} anos, o aluno pode não transitar quando, nas disciplinas de Português, Matemática, Estudo do Meio, Inglês (3.º ano), Educação Artística e Educação Física, obtém no 2.º semestre três menções inferiores a suficiente e o professor titular, ouvido o conselho de docentes, considere que é a medida pedagógica mais adequada, por estar comprometido o desenvolvimento das aprendizagens para o ano subsequente.

No 4.º ano o aluno fica não aprovado quando tiver obtido:

- i) Menção Insuficiente nas disciplinas de Português ou PLNM ou PL2 e de Matemática;
- ii) Menção Insuficiente nas disciplinas de Português ou Matemática e, cumulativamente, menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas.

Nos 5.^{os}, 7.^{os} e 8.^{os} anos, o aluno pode não transitar quando obtém, no 2.º semestre, quatro ou mais níveis inferiores a três, em quaisquer disciplinas, e o conselho de turma considere que é a medida pedagógica mais adequada, por estar comprometido o desenvolvimento das aprendizagens para o ano subsequente.

Nos 6.^{os} e 9.^{os} anos, o aluno fica não aprovado quando tiver obtido:

- i) Classificação inferior a nível 3 nas disciplinas de Português ou PLNM ou PL2 e de Matemática;
- ii) Classificação inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas.

No ensino secundário, CCH, a aprovação do aluno em cada disciplina depende da obtenção de uma classificação final igual ou superior a 10 valores, não podendo no ano terminal das disciplinas plurianuais ter classificação inferior a 8 valores. A transição do aluno para o ano de escolaridade seguinte verifica-se sempre que a classificação anual de frequência ou final de disciplina, consoante os casos, não seja inferior a 10 valores e/ou ter sido excluído por faltas e/ou anulado a matrícula, a mais que duas disciplinas, considerando as disciplinas constantes no plano de estudos.

Na transição do 11.º para o 12.º ano são consideradas igualmente as disciplinas em que o aluno não progrediu na transição do 10.º para o 11.º ano. Os alunos que transitam para o ano seguinte com classificações inferiores a 10 valores em uma ou duas disciplinas, progridem nesta(s) disciplina(s) desde que a(s) classificação(ões) obtida(s) não seja(m) inferior(es) a 8 valores. Os alunos não progridem em disciplinas em que tenham obtido classificação inferior a 10 valores em dois anos curriculares consecutivos. Os alunos que não transitam para o ano de escolaridade seguinte não progridem nas disciplinas em que obtiverem classificações inferiores a 10 valores.

Nas situações em que o aluno tenha procedido a substituição de disciplinas no seu plano de estudo, nos termos legalmente previstos, as novas disciplinas passam a integrar o plano de estudo do aluno, sendo consideradas para efeitos de transição de ano.

10 - Quadro EQAVET

No âmbito do quadro de referência europeu de garantia de qualidade, o Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes tem um documento base - Implementação de Sistemas de Garantia de Qualidade para a Educação de Formação Profissionais - onde apresenta a visão estratégica da instituição, o seu compromisso com a qualidade da oferta de educação e formação profissional (EFP) e

a caracterização do sistema de garantia da qualidade alinhado com o quadro EQAVET. Esse documento, com metas a atingir em três anos e indicadores de qualidade que ajudarão a medir o seu desempenho, assim como a conceber a sua autoavaliação, no sentido de implementar um sistema de garantia de qualidade com uma melhoria contínua, tem os objetivos seguintes:

Objetivos Estratégicos	Objetivos a atingir
Promover a qualidade do sucesso educativo nos cursos profissionais.	Aumentar a Taxa de conclusão em cursos de EFP.
Desenvolver parcerias e protocolos com associações, empresas e outras escolas.	Aumentar a Taxa de colocação após conclusão de cursos de EFP.
Desenvolver parcerias e protocolos com associações, empresas e outras escolas.	Aumentar a percentagem de formandos/as que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o curso/área de Educação e Formação que concluíram.
Desenvolver parcerias e protocolos com associações, empresas e outras escolas.	Aumentar a percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os formandos/as que completaram um curso de EFP.
Promover a qualidade do sucesso educativo nos cursos profissionais.	Aumentar a percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os formandos/as que completaram um curso de EFP.

Este documento, da responsabilidade da Equipa EQAVET, identifica os mecanismos de controlo e dos procedimentos de ajustamento contínuo na gestão da oferta de educação e formação profissional, pelo que o “Agrupamento analisará, periodicamente, os resultados obtidos pelos indicadores e utilizá-los-á para a definição de melhorias. Além disso, a avaliação periódica dos dados relativos aos resultados das estratégias implementadas, e da sua comparação com as metas estabelecidas no Plano de Ação, permitirá verificar se o mesmo está, ou não, de acordo com os valores estabelecidos para os diferentes indicadores em análise. Caso se constate que há desvios a estes valores, serão delineadas estratégias alternativas e implementados novos planos de melhoria, com a colaboração de todos os *stakeholders*.”

11 - Plano de Ação Estratégica

Das quatro atividades previstas nos planos de ação estratégica manter-se-ão em vigor no ano letivo 2024/2025, tendo em conta os resultados obtidos anteriormente, as novas estratégias de coadjuvação em aula e a atualidade e pertinência que as medidas têm no contexto atual.

11.1- Medida 1 - De Pequeninino se Aprende a Ler e a Escrever para “Crescer”

1.ª Medida	
1. Designação da medida	De pequeninino se aprende a ler e a escrever para “crescer”
2. Objetivos a atingir com a medida	<ul style="list-style-type: none">•Aplicar métodos alternativos/diversificados de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em grupos específicos/nível de alunos do 1.º ano que revelem défices de aprendizagem no decurso do 1.º semestre e a alunos do 2.º ano que estejam ao nível do 1.º ano.•Melhorar os níveis de proficiência da leitura e da escrita dos alunos dos 1.º e 2.º anos.•Aumentar o número de alunos que no final do 1.º ano apresentem, níveis satisfatórios ou bastante satisfatórios de proficiência de leitura e escrita.•Promover a implementação de estratégias tendentes a um ensino mais diferenciado e adequado às necessidades dos alunos, em sala de aula, centradas nas didáticas de ensino e de aprendizagem.•Melhorar os resultados escolares em linha com o preconizado no Projeto Educativo Municipal e no Projeto Educativo do Agrupamento.
3. Atividade(s) a desenvolver no âmbito da medida	<ul style="list-style-type: none">•Aplicar métodos alternativos/diversificados de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em grupos nível de alunos do 1.º ano que revelem défices de aprendizagem no decurso do 1.º semestre e a alunos do 2.º ano que estejam ao nível do 1.º ano.•Utilizar tempos letivos simultâneos de português e matemática, por cada duas turmas, entre anos de escolaridade diferentes, de forma a permitir uma organização e frequência flexível entre alunos/docentes/espacos de aula, com o propósito da recuperação, promoção, consolidação e reforço das aprendizagens.•Utilizar as estratégias enquadradas na medida Acolher para integrar.•Divulgar junto dos encarregados de educação, estas medidas.•Reforço da avaliação formativa através da:<ul style="list-style-type: none">➢ elaboração de instrumentos de avaliação formativa de observação direta da leitura;➢ elaboração de instrumentos de avaliação formativa para a produção escrita;➢ análise e tratamento dos dados recolhidos;➢ identificação dos alunos com dificuldades de aprendizagem e constituição de grupos de nível temporários.•Utilização de métodos alternativos de ensino aprendizagem da leitura e da escrita nos grupos de nível.•Realização de atividades de diferenciação pedagógica dentro dos grupos formados, concertadas em trabalho colaborativo.•Realização de trabalho colaborativo em equipas educativas constituídas, por ano de escolaridade/escola.•Partilha por professor, de pelo menos duas práticas recomendadas

	na equipa educativa, por semestre.
4. Responsáveis pela execução da medida	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenador do departamento do 1.º ciclo. • Equipa de autoavaliação.
5. Avaliação da Medida	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório anual do coordenador de departamento do 1.º ciclo referente à evolução registada nos níveis de proficiência dos alunos envolvidos, nas dinâmicas dos grupos de nível e das equipas educativas.

11.2 - Medida 2 - Projeto *Amicitia* - Aprender a Ser a Viver em Conjunto

3.ª Medida	
1. Designação da medida	Projeto <i>Amicitia</i> - Aprender a ser e a viver em conjunto
2. Objetivos a atingir com a medida	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar um plano de prevenção e minimização da indisciplina em contexto de sala de aula e noutros espaços escolares. • Reduzir o número de ocorrências disciplinares. • Melhorar o ambiente de sala de aula e o processo de ensino aprendizagem. • Melhorar o clima de escola. • Melhorar o (in)sucesso dos alunos com comportamentos desajustados. • Envolver a Comunidade Educativa na promoção de comportamentos positivos.
3. Atividade(s) a desenvolver no âmbito da medida	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação/apreensão do plano de prevenção e minimização da indisciplina e explicitação do seu funcionamento à comunidade escolar. • Criação de equipas multidisciplinares de professores, psicóloga, alunos, funcionários e EE de integração e apoio ao aluno e família. • Criação de ficha de reflexão de forma a propiciar aos alunos momentos de meditação sobre os seus comportamentos, em conversa tutorial com professores mediadores. • Concertação/uniformização e aferição de procedimentos e estratégias entre professores dos vários ciclos e professores do conselho de turma e diretor de turma e alunos. • Alteração das didáticas de ensino aprendizagem, de modo a evitar aulas demasiado expositivas, cativando os alunos que apresentam comportamentos desviantes. • Promoção da participação dos alunos, com a criação de situações de aprendizagem significativas (motivar para a aprendizagem, atendendo aos interesses dos alunos; utilizar o reforço positivo; reconhecer e valorizar pequenos progressos e esforços, através de “pequenas” tarefas em que possam ser bem sucedidos). • Divulgação, de pelo menos duas, práticas recomendadas ao nível da gestão de conflitos em sala de aula, nos departamentos/conselhos de docentes/conselho de diretores de turma, equipas educativas, para análise, reflexão e replicação contextualizada. • Promoção, pelo diretor de turma, de debates/reflexão, em assembleia de alunos, sobre a problemática, a partir de exemplos concretos, com vista à apresentação de sugestões de melhoria, pelos alunos. • Ações de promoção de educação para os valores morais, em todos os ciclos de ensino, pelos educadores, professores titulares de turma e

	<p>diretores de turma.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação periódica de sínteses da análise das fichas de reflexão realizadas pelos alunos, aos professores e demais funcionários. • Reuniões de sensibilização e/ou análise e reflexão sobre a problemática/ocorrências e processos, com as Associações de Encarregados de Educação e Pais, Encarregados de Educação, Associação de Estudantes, PND e PD. • Estabelecimento de parcerias com a Câmara Municipal de Abrantes e com a Rede Social, para se atuar de forma articulada para a integração de todos os jovens e famílias, principalmente oriundos de outros países. • Estabelecimento de parceria com o CAFAP para a realização de atividades de promoção de competências parentais, com os pais e encarregados de educação.
4. Responsáveis pela execução da medida	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenador da equipa de mediação e instauração disciplinar. • Encarregada dos Assistentes Operacionais. • Presidente de uma das associações de pais. • Presidente da associação de estudantes.
5. Avaliação da Medida	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório anual elaborado pelo coordenador da equipa de mediação e instauração disciplinar considerando os números de participações, de aplicações disciplinares e de reincidências e a taxa de sucesso dos alunos reincidentes.

11.3 - Medida 3 - Projeto VOA - Ver, Observar e Aprender -, com os pés assentes na sala de aula

4.ª Medida	
1. Designação da medida	Projeto VOA - Ver, Observar e Aprender -, com os pés assentes na sala de aula
2. Objetivos a atingir com a medida	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar um projeto consistente e intencional de supervisão/intervisão pedagógica, que integre a observação de aulas e que contemple questionários a alunos sobre as práticas letivas em geral, como estratégia formativa de melhoria orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional/rendibilização dos saberes profissionais e da organização escola, para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e de divulgação de boas práticas em contexto de sala de aula, na ótica de produção de conhecimento. • Implementar mecanismos de intervenção/observação de aulas/atividades entre professores do mesmo conselho de turma. • Promover a reflexão sobre a eficácia das estratégias pedagógicas utilizadas. • Estimular os professores para uma ação mais colaborativa e participativa na construção e partilha de experiências e materiais. • Promover a partilha de pelo menos duas práticas recomendadas, utilizadas em intervenção/observação, em reunião de equipa educativa. • Divulgar as práticas recomendadas observadas em sala de aula, em reuniões conselhos de turma, de departamento, equipa educativa e posteriormente em conselho pedagógico. • Conhecer a opinião dos alunos, através da divulgação e reflexão dos questionários aplicados. • Envolver as crianças/alunos no esforço coletivo de aprendizagem e orientação das motivações para a aprendizagem.

	<ul style="list-style-type: none"> •Aperfeiçoar as dinâmicas de sala de atividades/aula de modo a melhorar os processos de ensino e de aprendizagem e os resultados dos alunos.
3. Atividade(s) a desenvolver no âmbito da medida	<ul style="list-style-type: none"> •Generalização de observação de aulas entre pares pedagógicos (intervisão horizontal), utilizando grelha para o efeito, numa perspetiva de divulgação de práticas recomendadas observadas. •Reflexão entre observador e observado com enfoque no impacto/eficácia das estratégias pedagógicas privilegiadas, em termos de aprendizagens por parte de todas as crianças e alunos do grupo turma. •Partilha, de pelo menos, duas práticas recomendadas, em equipa educativa. •Conceção e aplicação de questionário a uma amostra representativa dos alunos dos vários anos/ciclos de escolaridade sobre a sua opinião das práticas letivas. •Elaboração de um roteiro de supervisão que contemple: <ul style="list-style-type: none"> ➤ a programação anual da atividade; ➤ a elaboração/reformulação de planos de aula (ao nível de estratégias de aprendizagem); ➤ a organização dos alunos em função das metodologias privilegiadas e dos objetivos a atingir, momentos e procedimentos de avaliação formativa (auto e heteroavaliação), conducentes a práticas de trabalho/ensino diferenciado); ➤ o planeamento e desenvolvimento da supervisão pedagógica colaborativa, pelo coordenador de departamento; ➤ a partilha e análise, em conselho de turma, das experiências e resultados das observações de aulas entre pares; ➤ a elaboração de planos de melhoria departamental que integrem os resultados obtidos na observação de aulas e na aplicação de questionários aos alunos; ➤ a organização de formação interna centrada no contexto educativo.
4. Responsáveis pela execução da medida	<ul style="list-style-type: none"> •Conselho Pedagógico. •Coordenadores dos Diretores de Turma. •Equipa de autoavaliação.
5. Avaliação da Medida	<ul style="list-style-type: none"> •Relatório anual do coordenador de departamento do 1.º ciclo e dos coordenadores dos diretores de turma, com referência ao número de aulas observadas, sínteses das reflexões, exemplos de práticas recomendadas e das duas partilhas em equipa educativa.

12 - Medidas a Complementar as Previstas no Plano de Inovação

Tendo em vista consolidar a recuperação das aprendizagens por força de alguns constrangimentos que, ao longo do presente ano letivo, se verificaram, nomeadamente algumas turmas sem aulas, durante curtos períodos, iremos promover o reforço de aulas de compensação das disciplinas críticas, através da frequência dos projetos da escola, coadjuvação ou pela flexibilização da gestão do horário do professor.

Continuaremos a dar seguimento a ações já contempladas no nosso Plano de Inovação (PI) e no Plano de Implementação do Projeto Educativo (PIPE), que promovam a recuperação e a

consolidação de aprendizagens, nomeadamente a aquisição de competências e do reforço da promoção do sucesso escolar.

Mantendo o que está previsto nos PI e PIPE, as ações a reforçar e a pôr em prática, no presente ano letivo, são as seguintes:

- Escola a ler (ler com a biblioteca e com os clubes e projetos);
- Começar um ciclo;
- Recuperar experimentando;
- Recuperar com artes e humanidades (espécies de espaços):

Estas ações foram redesenhadas de modo a estarem adequadas ao nosso contexto.

A implementação cuidada e efetiva das medidas previstas no Plano de Inovação, no PADDE, no Relatório Estatístico dos Resultados Escolares, de final de semestre, e nas quatro ações de reforço, dão resposta ao plano de Recuperação das Aprendizagens, e às oportunidades de melhoria diagnosticadas pela Equipa de Autoavaliação e que constam do relatório global do Observatório de Qualidade de 2023/24.

12.1 - Leitura e Escrita (Escola a Ler)

Esta ação destina-se aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário.

O quê?

1. Criar e fomentar momentos de leitura orientada, em sala de aula e em diferentes tipologias e intencionalidades, mediante a disponibilização de materiais didáticos, a organização sistemática e intercalada de momentos de leitura em coletivo, em grupo e individual, com recurso a diferentes estratégias, assumindo uma periodicidade regular, ao longo do ano letivo, em articulação curricular com os clubes e projetos de escrita/poesia existentes na escola.

2. Potenciar a implementação de estratégias que visem assegurar condições equitativas de acesso ao currículo e ao sucesso educativo de alunos estrangeiros, nomeadamente através da frequência das atividades letivas selecionadas, com base no seu perfil sociolinguístico e no percurso escolar, de forma a reforçar a aprendizagem da língua portuguesa e o seu desenvolvimento enquanto língua de escolarização, conforme previsto no Despacho n.º 2044/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 33, de 16 de fevereiro de 2022 e tendo por referência a medida “Acolher para integrar”.

Para quê?

- Aumentar o gosto pela leitura de textos de diferentes géneros e tipologias.
- Aperfeiçoar as competências leitoras em múltiplos suportes e tipologias.
- Promover o contacto com diferentes realidades, despertando a curiosidade sobre o mundo.
- Estimular o pensamento crítico e a participação cívica.
- Desenvolver a fruição estética do texto literário.

Como?

Tempo para ler, pensar, conhecer e aprender!

Leitura e exploração de livros, jornais, revistas e/ ou outros materiais de leitura na biblioteca escolar/sala de aula e/ou outros espaços escolares, em articulação com os docentes de diferentes áreas curriculares, com periodicidade e tempo estipulados (desejavelmente mensal, em cada turma). Sugere-se a articulação entre a biblioteca e a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento, os Domínios de Autonomia Curricular (DAC) e/ou outros.

Vou levar-te comigo!

Dinamização periódica de sessões de requisição domiciliária na biblioteca escolar, em articulação com os docentes da turma e com recurso a estratégias motivadoras.

Livr' à mão

Leitura silenciosa de um livro que o aluno traz sempre consigo, em momentos letivos autorizados pelo professor (sempre que exista um tempo livre na aula: final de tarefas/ atividades, entre outros) e/ou permitindo a troca de livros entre alunos.

Sem fronteiras: LPNM

- Integração eficaz dos alunos no sistema educativo nacional, independentemente da sua língua, cultura, condição social, origem e idade.

- Acolhimento dos alunos estrangeiros tendo em conta a sua diversidade, promovendo o sentido de pertença, criando um ambiente acolhedor e informal, com momentos de leitura orientada na sua língua materna e posteriormente, dar-lhes o acesso à tradução do texto, através de meios de tradução automática.

- Promoção do acesso à língua e cultura portuguesa para alunos de Português Língua Não Materna.

- Promoção de sessões de partilha multicultural entre alunos e famílias.

Quem é o responsável pela implementação e monitorização?

Os responsáveis pela implementação e monitorização da ação 1 são os professores bibliotecários do Agrupamento e de LPNM em articulação com o DT e conselho de turma/professor titular/equipa educativa.

12. 2 - Começar Um Ciclo

Esta ação destina-se às crianças da educação Pré-Escolar, 1º ciclo, 5º, 7º e 10º ano.

O quê?

Assegurar a adequada transição entre níveis e ciclos de ensino, através do acompanhamento pedagógico dos alunos, ancorando competências e promovendo a coerência na sequencialidade, com vista a facilitar a progressão gradual no desenvolvimento de aprendizagens e competências.

A centralidade da ação precoce deve ter em atenção, também, o último ano de frequência da educação pré-escolar e o 1.º ano do 1.º ciclo, nomeadamente no desenvolvimento de competências e aprendizagens como a aquisição das competências pré-leitoras e leitoras.

Começar o 1.º ciclo requer especial atenção por parte da escola e implica o envolvimento dos alunos, dos encarregados de educação e do pessoal não docente.

Uma transição bem-sucedida deverá proporcionar, em cada fase, as experiências e oportunidades de aprendizagem que permitam aos alunos desenvolver as suas potencialidades, fortalecer a sua autoestima, resiliência, autonomia e autocontrolo, criando condições favoráveis para que tenha sucesso na etapa seguinte.

Por outro lado, é necessário que se tenha uma atenção especial com os alunos que irão requestrar o 3.º ano de escolaridade, pela natureza das aprendizagens a desenvolver, nomeadamente quanto às aprendizagens relativas à literacia da leitura, da escrita e da oralidade.

Para quê?

- Promover a coerência na sequencialidade das etapas com vista a facilitar a progressão gradual das aprendizagens e o desenvolvimento de competências.

Como?

Articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ano, do 1.º ciclo do ensino básico

Uma articulação bem-sucedida exige a comunicação entre docentes e trabalho colaborativo, o que implica a promoção de encontros pedagógicos entre docentes dos dois níveis de educação/ensino para:

- Análise e mapeamento dos documentos curriculares dos dois níveis (Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e Aprendizagens Essenciais do 1.º ano do 1.º CEB) para um conhecimento mais profundo e potenciador da articulação das aprendizagens a desenvolver;
- Partilha de informação entre docentes sobre o processo pedagógico desenvolvido na educação pré-escolar (EPE) e as aprendizagens realizadas pelas crianças, de forma a assegurar mecanismos de continuidade educativa e de identificação de aprendizagens a desenvolver;
- Criação de ambientes de aprendizagem na escola do 1.º CEB, de modo a não existir total rutura com os ambientes vivenciados na educação pré-escolar, como, por exemplo, a organização da sala de aula com estrutura próxima à da sala de atividades do jardim-de-infância.

Articulação curricular na transição entre o 2.º e o 3.º ano do 1.º ciclo

Os alunos que vão frequentar o 3.º ano de escolaridade viveram condições especiais no momento da aprendizagem da Leitura e da Escrita, pelo que, para uma articulação curricular bem-sucedida, importa uma especial atenção dos docentes deste ano de escolaridade na:

- Identificação das aprendizagens não concretizadas ou não consolidadas que possam vir a impedir o aluno de progredir;
- Construção de propostas curriculares conjuntas com vista a facilitar a progressão gradual das aprendizagens e do desenvolvimento de áreas de competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

Articulação curricular na transição entre o 4.º e o 5.º ano do 2.º ciclo

Garantir a adequada transição entre níveis/ciclos de ensino, através de um acompanhamento pedagógico dos alunos.

Promover a coerência na sequencialidade das etapas com vista a facilitar a progressão gradual das aprendizagens e do desenvolvimento de competências.

Garantir a estabilidade no processo de transição de ciclo, estabelecendo mecanismos de integração.

Os alunos que vão frequentar o 5.º ano de escolaridade devem viver com tranquilidade o processo de transição de ciclo, pelo que, para uma articulação curricular bem-sucedida, importa uma especial atenção dos docentes deste ano de escolaridade na:

- Identificação das aprendizagens não concretizadas ou não consolidadas que possam vir a impedir o aluno de progredir;
- Construção de propostas curriculares conjuntas com vista a facilitar a progressão gradual das aprendizagens e do desenvolvimento de áreas de competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

Articulação curricular na transição entre o 6.º e o 7.º ano do 3.º ciclo

Garantir a adequada transição entre níveis/ciclos de ensino, através de um acompanhamento pedagógico dos alunos.

Promover a coerência na sequencialidade das etapas com vista a facilitar a progressão gradual das

aprendizagens e do desenvolvimento de competências.

Os alunos que vão frequentar o 7.º ano de escolaridade viveram condições especiais no momento da aprendizagem da Leitura e da Escrita, pelo que o processo de transição de ciclo, deve facilitar a integração gradual, e para uma articulação curricular bem-sucedida, importa uma especial atenção dos docentes deste ano de escolaridade na:

- Identificação das aprendizagens não concretizadas ou não consolidadas que possam vir a impedir o aluno de progredir;
- Construção de propostas curriculares conjuntas com vista a facilitar a progressão gradual das aprendizagens e do desenvolvimento de áreas de competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

Articulação curricular na transição entre o 9.º e o 10.º ano do ensino secundário

Garantir a adequada transição entre níveis/ciclos de ensino, através de um acompanhamento pedagógico dos alunos.

Promover a coerência na sequencialidade das etapas com vista a facilitar a progressão gradual das aprendizagens e do desenvolvimento de competências.

Os alunos que vão frequentar o 10.º ano de escolaridade viveram condições especiais nos momentos de aprendizagem da frequência do 3º ciclo, pelo que o processo de transição de ciclo, deve facilitar a integração gradual, e para uma articulação curricular bem-sucedida, importa uma especial atenção dos docentes deste ano de escolaridade na:

- Identificação das aprendizagens não concretizadas ou não consolidadas que possam vir a impedir o aluno de progredir;
- Construção de propostas curriculares conjuntas com vista a facilitar a progressão gradual das aprendizagens e do desenvolvimento de áreas de competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

Quem é o responsável pela implementação e monitorização?

Os responsáveis pela implementação e monitorização da ação 2 são:

- Coordenadores de departamento do pré-escolar e do 1.º ciclo;
- Coordenadores das Equipas Educativas do 1.º ciclo;
- Coordenadores das equipas educativas do 2º e 3º ciclo e secundário.

12.3 - Recuperando Experimentando

Esta ação destina-se a alunos do 2º, 3º ciclos e secundário, nomeadamente, do 10º ano.

O quê?

Promover a dinamização do trabalho prático e experimental de modo a assegurar o desenvolvimento de competências científicas relevantes, através da articulação entre disciplinas/módulos, anos e ciclos de escolaridade/ciclos de formação, da abordagem STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática) em contexto curricular e da criação de espaços (projetos/clubes) de ciência/conhecimento dirigidos à comunidade ou entre espaço de aula/clube/projeto, com a possibilidade de integração no currículo da turma e no seu projeto curricular.

Prosseguir percursos escolares de sucesso e qualidade colmatando défices existentes.

Para quê?

- Contribuir para o sucesso pleno, para que todo o aluno com níveis inferiores a três e classificações inferiores a 10, possa, no ano seguinte, recuperar essas aprendizagens.
- Adaptar o currículo para a possibilidade do sucesso pleno no ensino básico.

- Recuperar e/ou realizar aprendizagens previstas, através de respostas personalizadas.
- Consolidar a componente prática, experimental e investigação na área das Ciências de compreensão e de expressão em diferentes contextos.
- Promover o desenvolvimento e integração dos clubes e projetos no âmbito curricular da turma, ao nível do ensino básico.
- Recuperar e consolidar aprendizagens.
- Colmatar as grandes dificuldades a nível da leitura, interpretação, cálculo, raciocínio e resolução de problemas matemáticos.
- Diminuir a discrepância entre os resultados escolares internos e externos.

Como?

Planos de Reforço Curricular

Os planos de reforço curricular são criados pelos conselhos de turma do 2.º e 3º ciclos e 10º ano, para alunos sinalizados pelos respetivos professores, em articulação com outros conselhos de turma.

Estes planos poderão prever alterações curriculares e de organização escolar, designadamente a possibilidade de os alunos com níveis de insucesso em determinadas áreas/disciplinas frequentarem:

- aulas dessas mesmas disciplinas também nos anos de escolaridade precedentes, para recuperação e consolidação das aprendizagens menos desenvolvidas, por tempo restrito, desde que haja condições relativas à compatibilidade de horário e dimensão da turma recetora;
- oficinas com programas que integrem aprendizagens essenciais transdisciplinares não adquiridas, por forma a treinar intencionalmente determinadas competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

A construção destes planos tem subjacente um modelo compreensivo das dificuldades para dar resposta atempada e personalizada de prevenção e intervenção e exige monitorização do risco de insucesso dos alunos, no interior do conselho de ano/turma, incorporando dimensões relacionadas com as aprendizagens, comportamento e outros fatores.

Pretende-se dar continuação à promoção do desenvolvimento do trabalho prático e experimental nas disciplinas de carácter científico, em função das aprendizagens essenciais e promover o desenvolvimento de projetos que potenciem abordagens STEAM (exemplo: projetos de Ciências, Física, Química e o clube de Robótica) em articulação e interação curricular.

Quem é o responsável pela implementação e monitorização?

O responsável pela implementação e monitorização da ação 3 são os coordenadores dos diretores de turma do 2.º e 3º ciclo e secundário, coadjuvados pelos respetivos diretores de turma e coordenadores das equipas educativas.

12. 4 - Recuperar com Artes e Humanidades

Esta ação destina-se aos alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário, podendo ser aplicada parcelarmente ou na totalidade, em função do contexto turma.

O quê?

Desenvolver atividades que valorizam a arte e a cultura como forma de conhecimento, estimulando a inovação de práticas pedagógicas, transversais e agregadoras, com reforço do Plano Nacional das Artes (PCE).

Mobilizar a arte e o património como recurso para as diferentes disciplinas - evidenciando a sua dinâmica transdisciplinar e a possibilidade de uso das diferentes linguagens.

Reforçar e aprofundar conteúdos programáticos ao nível da localização no espaço e tempo.

Mobilizar o saber científico técnico e tecnológico.

Aprender com diferentes tipos de espaços, através de processos artísticos, obras de arte e diferentes patrimónios.

Valorizar e aproveitar, através de diferentes pedagogias e processos artísticos, o corpo e os espaços onde se ensina/aprende - compreendendo que o próprio espaço condiciona a nossa existência emolda as experiências de aprendizagem.

Para quê?

- apoiar as diferentes disciplinas e o trabalho transdisciplinar;
- propor estratégias para organizar a sala ou dar início a uma aula ou até promover a “sala de aula sem paredes”;
- capacitar para a comunicação e participação, desenvolvendo a literacia, a oralidade e a escrita;
- desenvolver a criatividade e o pensamento crítico;
- promover a socialização, a relação interpessoal e o trabalho cooperativo;
- valorizar o conhecimento de si, a expressão de sentimentos e de opiniões;
- aprender a debater, a respeitar diferentes opiniões, a valorizar a diversidade cultural e a promover a cidadania cultural e o ativismo cívico e político;
- criar condições para um trabalho diferenciado em função das necessidades dos alunos;
- recuperar alunos com nível de desempenho pouco satisfatório;
- melhorar as aprendizagens/desempenho dos alunos;
- consolidar aprendizagens.

Como?

- A sala de aula - espaço, corpo e comunidade (todas as turmas)

1. Pedir aos alunos para olharem o espaço da sala: os móveis e objetos, a organização das mesas, a disposição das coisas no espaço.

2. Debater: Como é que o espaço nos influencia? Como altera as nossas relações? O que é que nos diz (mesmo inconscientemente) sobre o que julgamos ser aprender/ensinar?

O que significa a organização do espaço ao nível ideológico/pedagógico/político?

Como é que o espaço organiza relações sociais, de poder, de participação ou de exclusão?

É democrático ou autoritário? O espaço molda relações e expectativas: o que se espera de quem ensina de determinada forma ou de quem ensina de um determinado lugar?

Os espaços indicam “quem manda”, quem ensina e quem aprende, quem pode falar e quem deve escutar? E qual o lugar do corpo na aprendizagem, numa sala de aula?

3. Ver o documentário “Os Espacialistas”:

<https://www.rtp.pt/play/p5644/e403767/atelierarquitectura>

4. E como poderá ser esta sala? O que precisa para aprendermos/ensinarmos melhor? Cada um desenha uma proposta e reflete sobre o que ela revela de pensamento sobre o que é a escola, uma turma, ser aluno e ser professor, aprender... Fazer um círculo com as cadeiras? Organizar ilhas com as mesas? Uma sala em U? O professor inserido no meio ou afastado? De costas viradas uns para os outros ou de frente?

Diferentes pedagogias ou paradigmas exigem organizações distintas. Discutir com os alunos.

Envolvê-los na decisão.

5. Trabalho em grupos: discutir em grupo e apresentar um desenho alternativo da sala e justificar a opção. Depois da apresentação à turma, eleger democraticamente uma proposta ou experimentar várias.

6. Experimentar. Pensar uma “coreografia” que não envolva barulho de cadeiras e mesas a arrastar, mas uma “dança” de móveis, de forma cuidada e racional: como exemplo, ver a micropedagogia “Coreografia da sala em U”, na página 149 do livro “10x10”:

https://s3-eu-central-1.amazonaws.com/content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/sites/16/2017/10/31124940/10x10_Ensaios_entre_Arte_Educacao.pdf

(esta proposta pode ser um ritual de início e de fim de aula: faz-se e desfaz-se em menos de um minuto).

- Ocupa o espaço da escola! - o poder das palavras

(Português, História, História da Arte, Educação Visual, Cidadania e Desenvolvimento, Filosofia)

1. Ver o documentário da RTP-Ensina sobre a criação do Slogan da Coca-cola, por Fernando Pessoa (<https://ensina.rtp.pt/artigo/fernando-pessoa-e-a-coca-cola-a-historia-de-um-slogan-iconico/>).
 2. Ver o documentário Dicionário de Abril - Letra C (<https://ensina.rtp.pt/artigo/censura-previa-a-mordaca-que-o-estado-novo-criou/>).
 3. Refletir sobre a democracia, a cidadania e a participação no espaço público; sobre a liberdade de expressão e a importância da palavra e do discurso na construção do mundo. O que faz a palavra no espaço público? Na política, nos discursos inspiradores, na publicidade...
 4. Cinema e Cidadania - Sugestão de Filmes a trabalhar: Lisboaetas, de Sérgio Tréfaut; Rhoma Acans e Balada de Um Batráquio, de Leonor Teles; O Sonho de Wadjda, de Haifaa Al-Mansour.
- Utilização dos recursos pedagógicos do projeto: Plataforma de filmes em streaming e Coleção de dossiês do Plano Nacional de Cinema (PNC).
- Sugestão de cruzamentos disciplinares: Português, História, Área de Integração, Filosofia, Cidadania e Desenvolvimento.
- Público-alvo - 3.º Ciclo e Ensino Secundário. Coleção de Filmes PNC, disponíveis no site do projeto, em: <https://pnc.gov.pt/dossiespedagogicos> e na lista de filmes de referência em <https://pnc.gov.pt/lista-de-filmes-pnc-2021>.
5. Sobre o tomar a palavra (“Using your voice is a political choice”), ver e escutar a jovem poeta norte-americana, Amanda Gorman:
<https://www.youtube.com/watch?v=zaZBggfEa1E>
 6. Debater e pensar: quais as inquietações, os problemas sentidos, os desejos pessoais e coletivos? Que escola queremos, de que comunidade necessitamos, o que é preciso mudar? Quais os valores, as palavras, as frases de ordem que queremos divulgar e dispersar pela escola para inquietar/apaziguar/encantar a comunidade?
 7. Criar frases, slogans, palavras de ordem que possam refletir as inquietações, os desejos pessoais ou coletivos dos alunos e divulgar ao longo da escola (em locais designados autorizados pela diretora/coordenador de escola).
 8. Fazer cartazes, com cuidado gráfico e apoio profissional, que poderão culminar num happening/manifestação na comunidade escolar. Espalhar os cartazes pela escola (em locais designados autorizados pela diretora/coordenador de escola).

9. Arte em Multimédia - assente numa lógica de desenvolvimento de atividades articuladas nas áreas da multimédia e da expressão artística.

10. Implementação de abordagens metodológicas com recurso ao digital: utilização da Web e dos equipamentos informáticos - Escola Digital, como ferramentas de interação nas diferentes disciplinas.

Quem é o responsável pela implementação e monitorização?

Os responsáveis pela implementação e monitorização da ação 4 são os professores titulares do 1.º ciclo e diretores de turma, dos restantes níveis de ensino, coadjuvados pelos respetivos professores da turma e coordenadores das equipas educativas.

13 - Calendário Escolar 2024/2025

O ano letivo 2024/2025, com organização semestral, terá o calendário seguinte:

Calendário das atividades educativas e letivas		
	Início	Termo
1.º Semestre	12 setembro 2024	31 de janeiro 2025
2.º Semestre	10 fevereiro 2024	(1) 06 de junho de 2025 - 9.ºano, 11.º e 12.º anos de escolaridade.
		(1) 13 de junho de 2025 - 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 10.º anos de escolaridade.
		(1) 27 de junho de 2025 - Educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.

Interrupções das atividades educativas e letivas		
	Início	Termo
1.º Semestre	(2) 14 novembro 2024	15 novembro 2024
	(3) 23 dezembro 2024	03 janeiro 2025
	(4) 03 fevereiro 2025	07 fevereiro 2025
2.º Semestre	(5) 03 março 2025	07 março 2025
	(6) 14 abril 2025	21 abril 2025

(1) Data definida no Despacho n.º 8368/20/24 - calendário escolar Nacional

(2) 1.ª avaliação intercalar

(3) Natal

(4) Interrupção para as avaliações do 1.º semestre

(5) Conta com o acréscimo de 2 dias, na 2.ª, 3.ª e 4.ª feira de Carnaval

(6) Páscoa

14 - Lideranças Intermédias

14.1 - Departamentos Curriculares

A articulação curricular é assegurada por sete departamentos curriculares, a saber:

- Departamento do Pré-escolar;
- Departamento do 1º ciclo;
- Departamento de Línguas;
- Departamento de Ciências Sociais e Humanas;
- Departamento de Expressões;
- Departamento de Matemática e Ciências Experimentais;
- Departamento de Educação Especial.

Os coordenadores de departamento curricular, com exceção do departamento do pré-escolar e do 1º ciclo, exercem a sua função no âmbito da componente não letiva, sendo o número de tempos atribuídos para o exercício do cargo fixado do modo seguinte:

1 - Na redução da componente letiva, ao abrigo do ponto 1, do artº 79º, do Estatuto da Carreira Docente, será atribuída à coordenação de departamento, quatro tempos, quando for possível, para o exercício do cargo de coordenador e cumulativamente de representante de grupo.

2 - Quando possível, atribuir duas horas para o coordenador de departamento do ensino pré-escolar e do 1º ciclo.

14.2 - Representante de Grupo Disciplinar

Os representantes de grupo de recrutamento, na redução da componente letiva, ao abrigo do ponto 1, do artº 79º, do Estatuto da Carreira Docente, exercem a sua função no âmbito da componente não letiva, quando for possível, de acordo com o número de professores do respetivo grupo, sendo o número de tempos atribuídos para o exercício do cargo fixado do modo seguinte:

- De dois a cinco docentes - 1 tempo semanal;
- A partir de 6 ou mais docentes - 2 tempos semanais;

14.3 - Coordenadores de Diretores de Turma

O Coordenador de diretores de turma, na redução da componente letiva, ao abrigo do ponto 1, do artº 79º, do Estatuto da Carreira Docente, exerce a sua função no âmbito da componente não letiva, quando for possível, de acordo com o número de professores do respetivo conselho, sendo o número de tempos atribuídos para o exercício do cargo fixado do modo seguinte:

- Até 10 turmas - 2 tempos semanais;
- De 11 a 15 turmas - 3 tempos semanais;
- A partir de 16 ou mais turmas - 4 tempos semanais.

14.4 - Coordenadores de Equipas Educativas

- 2º, 3º ciclo e secundário - 1 tempo semanal.

14.5 - Coordenador de Cidadania e Desenvolvimento, Formação e Encarregado de Proteção de Dados

- 2 tempos semanais;

14.6 - Trabalho no âmbito do grupo-turma

Quando possível, ao professor titular de turma do ensino pré-escolar e do 1º ciclo é atribuída uma hora ($\frac{1}{2}$ para atendimento aos encarregados de educação e $\frac{1}{2}$ para trabalho no âmbito da DT).